

# "Assim como da guerra, o nervo da imprensa é também dinheiro":

jornalismo e negócio na imprensa diária carioca (1870-1900)

Gabriela Nery\*

NERY, G. "Assim como da guerra, o nervo da imprensa é também dinheiro: jornalismo e negócio na imprensa diária carioca (1870-1900).

\*História Social\*, n. 26, 2023, pp. 139-180.

https://doi.org/10.53000/hs.n26.5187

Resumo: Este artigo analisa o processo de formação e consolidação das primeiras empresas jornalísticas do Rio de Janeiro, entre as últimas décadas do século XIX e o início do século XX. Seu surgimento impactou de maneira decisiva a imprensa da capital do país e foi responsável por transformações diretas no regime de produção dos jornais diários, para depois avançar sobre os demais periódicos. No decorrer desse artigo, a trajetórias de três jornais diários cariocas serão colocadas sob escrutínio: a Gazeta de Notícias, O País e a experiência pioneira do Correio do Brasil, a fim de acompanhar suas formações e inserções no mundo dos negócios e do trabalho no Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Imprensa. Empresas jornalísticas. Trabalho.

<sup>\*</sup> Doutoranda em História Social da Cultura pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH-Unicamp).



# "Just like war, the nerve of press is also money":

journalism and business in Rio's daily press (1870-1900)

Gabriela Nery

**Abstract:** This article analyzes the formation and consolidation of the first journalistic companies in Rio de Janeiro, between the last decades of the 19th century and the beginning of the 20th century. They had a decisive impact on the press in the country's capital and were responsible for direct transformations in the production regime of daily newspapers, which later spread to other newspapers. Throughout this paper, the trajectories of three Rio daily newspapers will be placed under scrutiny: *Gazeta de Notícias*, *O País* and the pioneering experience of *Correio do Brasil*, in order to follow their formations and insertions in the world of business and work in Rio de Janeiro.

Keywords: Press. Newspaper companies. Labor.

## Introdução

Quando A História Contada veio à público, no apagar das luzes do século XX, era difícil dimensionar o impacto que os historiadores sociais trariam aos estudos sobre literatura no Brasil.<sup>2</sup> Mas não apenas. A partir da análise de publicações na imprensa sob essa perspectiva historiográfica — observando-se a intrínseca relação estabelecida entre texto, contexto e a experiência dos sujeitos que escreviam — jornais, revistas e os mais diversos periódicos foram reafirmados em cena, como fontes fundamentais para o estudo na área. Ela assim floresceu, se sofisticou de forma progressiva, e se consolidou através de pesquisas de grande impacto no campo historiográfico, nacional e internacional.<sup>3</sup>

Esse artigo segue na esteira dessa produção ao mirar o processo transversal de formação das empresas jornalísticas, ocorrido a partir das últimas décadas do oitocentos, no Rio de Janeiro. Avançar sobre esse tema e fronteira significa compreender as transformações profundas ocorridas na imprensa do período e, consequentemente, os impactos sobre homens e mulheres dedicados a ela, seja na condição de dirigentes, trabalhadores fixos ou colaboradores; jornalistas, repórteres ou literatos. Dentro desse quadro, o foco da análise recairá sobre os jornais diários,

,

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs). **A História Contada:** capítulos de história social da literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Cf. PINTO, Ana Flávia Magalhães. Escritos de Liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista. Campinas: Editora da Unicamp, 2019; BOTELHO, Denilson. A Pátria que Quisera Ter Era Um Mito: história, literatura e política em Lima Barreto. Curitiba: Prismas, 2017; ENGEL, Magali Gouveia; SOUZA, Flávia Fernandes de; GUERELLUS, Natália de Santanna (orgs). Os intelectuais e a imprensa. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015; RAMOS, Ana Flávia Cernic. As Máscaras de Lélio: política e humor nas crônicas de Machado de Assis. Campinas: Editora da Unicamp, 2016; GODOI, Rodrigo Camargo de. Um editor no Império: Francisco de Paula Brito. São Paulo: EDUSP, 2016; PINTO, Ana Flávia Magalhães; CHALHOUB, Sidney. Pensadores Negros – Pensadoras Negras: Brasil, séculos XIX e XX. 2a. ed., Belo Horizonte: Fino Traço, 2020; BALABAN, Marcelo. Estilo Moderno: humor, literatura e publicidade em Bastos Tigre. Campinas: Editora da UNICAMP, 2016; CARDOZO DE SOUZA, Ana Paula. Pedagogy in Literary 'Postcards': João do Rio in São Paulo (1905-1915), Tese de Doutorado em História, Leiden: Universiteit Leiden, 2023.

os primeiros no ramo a serem alcançados pela expansão dos negócios na Corte. Esse movimento é fundamental de ser observado, pois, a partir dele, o ofício do jornalista começou a se profissionalizar e mudar de forma substantiva, forjando, passo a passo, um novo jornalismo, mais noticioso, mais conectado à indústria da publicidade, com novos tempos e trejeitos. Dele ainda emergiu um novo profissional, especializado no dispositivo que se tornaria paulatinamente o lugar privilegiado da notícia nessa nova imprensa. Eram, respectivamente, o repórter e a reportagem.

A atividade dos literatos também foi profundamente afetada, em especial porque parte importante desse grupo engrossou as fileiras de trabalhadores especializados demandados pelos escritórios de redação dos novos jornais, como jornalistas profissionais. Dessa forma, as dinâmicas de escrita e publicação se alteraram, numa virada comercial e empresarial que reorganizou grandes folhas como a *Gazeta de Notícias*, *O País* e *A Cidade do Rio*, convertidas em sociedades anônimas já na década de 1890. Outros jornais, que se tornariam expressivos no circuito da imprensa pouco depois como o *Jornal do Brasil, A Imprensa*, e já no começo do novecentos, o *Correio da Manhã*, adotaram o mesmo modelo de sociedade. Até mesmo o tradicional *Jornal do Commercio*, tão avesso a mudanças, tomaria assento nesse percurso.

Como se verá, era um movimento que ia muito além de uma simples alteração de regime societário. Esse modelo, aplicado aos jornais, explicitava a demanda por financiamento dos negócios, visto que os diários não eram capazes de se sustentar, permanentemente, apenas com a receita da venda de exemplares e anúncios, mesmo sob franca perspectiva de expansão. Assim, uma vez estruturados como empresas, em especial por meio de sociedades anônimas, eles ganhavam novos instrumentos de financiamento e capitalização, com a possibilidade de emissão de novas ações, emissão de debêntures e reformulações no quadro de acionistas, para facilitar investimentos de sujeitos externos ao jornal. Dentro desse

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Ver RIO, João do. **O Momento Literário**. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1908, em especial as considerações dos entrevistados sobre a importância da imprensa para literatura nacional.

circuito, a distribuição de lucros e dividendos era apenas a contrapartida econômica, importante, mas seguramente menos relevante do que as vantagens políticas de se ter voz dentro de um diário de grande alcance, na capital do país, sem a necessidade de arcar com o dispendioso custo de fundação de um periódico próprio.<sup>5</sup>

Essa perspectiva estava presente no plano do capitalista português Pedro d'Almeida Godinho, já no início do século XX, quando fez um vultoso investimento no jornal *O País*, a fim de sanear as finanças da empresa. Tornado acionista majoritário, ele tomou lugar na direção da folha e sustentou politicamente o chefe de redação de sua preferência, o que não era pouca coisa. Durante o processo, escreveu a Quintino Bocaiúva, figura central do diário, para lhe trazer suas impressões sobre a transação:

(...) não a apresentei, há mais tempo, porque não entendendo de absolutamente nada de cousas da imprensa, sentia certa repugnância em envolver-me n'elas.

Hoje, porém, posso julgar da importância de uma empresa jornalística bem administrada, não tenho dúvida em vender outros bens para aplicar o seu produto na dessas empresas.<sup>6</sup>

Repugnância não era, de fato, o verdadeiro sentimento de Godinho pela imprensa, o que será analisado mais adiante na trajetória d'O País. Por hora, importa enfatizar que suas considerações mostravam que os diários estavam no radar dos grandes capitalistas do Rio de Janeiro, como um lugar em que se valia a pena investir, dentre as muitas possibilidades de negócios que se apresentavam na praça. Assim, a imprensa assumia

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> MACIEL, Laura Antunes. Os limites da liberdade: lei de imprensa e embates políticos no Rio de Janeiro da Primeira República. **Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura,** Bogotá, 48, no.1, 2021, pp.383-413; BARBOSA, Marialva. **Os Donos do Rio:** imprensa, poder e público. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000. Ver também WILLIAMS, Raymond. Meios de comunicação como meios de produção. **Cultura e Materialismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2011, pp. 69-86;

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Carta de Pedro d'Almeida Godinho a Quintino Bocaiúva, Petrópolis, 3 de abril de 1902, Fundo Quintino Bocaiúva, **CPDOC/FGV**, Série Imprensa.

um novo lugar, que a deslocava do posto tradicional ocupado durante grande parte do século XIX, como uma empreitada artesanal, circunscrita a poucos indivíduos, política, atrelada a partidos e a campanhas das mais diversas.<sup>7</sup> Era o que sintetizava Barbosa Lima Sobrinho, também no início do século XX

Com a modernização da imprensa, o artigo político quando muito conservou a primeira coluna; mas em redor, como leitura de maior sensação, se foi distribuindo e colocando o noticiário. E cedendo a esse impulso as empresas jornalísticas se tornaram infinitamente complexas.

 $(\ldots)$ 

Tantos progressos tornaram necessário orçamentos vultosos. Converteu-se o jornal muito mais num problema de dinheiro do que de credo político, literário. E então acode aquele conceito exato: 'Quando as opiniões de um jornal começam a pesar, ele as deixa de ter'. Toda a abnegação de seus redatores não bastaria para o publicar, por um só dia que fosse. Assim como da guerra, o nervo da imprensa é também dinheiro.<sup>8</sup>

Diante de tais mudanças, o padrão de jornalismo literário amplamente exercitado no Brasil, referenciado na imprensa francesa, sofreu

História Social, n. 26, 2º semestre - 2023

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> A correspondência passiva de Quintino Bocaiúva, de meados do século XIX, dão mostras dessa imprensa oitocentista, em especial quando ele comandava a redação do Globo e, posteriormente, do Diário do Rio de Janeiro. Cf. Carta de Antonio Carlos Ribeiro de Andrade Machado e Silva a Quintino Bocaiúva, São Paulo, 9 de maio de 1864, Fundo Quintino Bocaiúva, CPDOC/FGV, Série Imprensa; Carta de Bernardo Gavião e M. Tamandaré a Quintino Bocaiúva, São Paulo, 4 de junho de 1865, Fundo Quintino Bocaiúva, CPDOC/FGV, Série Imprensa. Ver também PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Negociações Impressas: a imprensa comercial e o lazer dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Primeira República. História, São Paulo, 35, no.99, 2016, pp.1-21; MACIEL, Laura Antunes. Imprensa, Esfera Pública e Memória Operária – Rio de Janeiro (1880-1920). Revista de História. São Paulo, 175, 2016, pp.415-448; SANTOS, Arthur Roberto Germano. Entre o nacional e o local: eleições, organização e atuação das elites políticas na província do Maranhão (1842/1875). Tese de Doutorado em História: Seropédica, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2021; LIMA SOBRINHO, Barbosa. O Problema da Imprensa. 3ª. Ed. São Paulo: Edusp, Com-Arte, 1997; BROCA, Brito. A Vida Literária no Brasil – 1900. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1975. Ver também a síntese de SODRÉ, Nelson Werneck. História da Imprensa no Brasil. 4ª. Ed., Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

<sup>8</sup> LIMA SOBRINHO, Barbosa. op. cit., 1997, pp.44-45.

pressão inédita por uma forma jornalística mais enxuta, noticiosa — telegráfica — capaz de se aproximar dos discursos e ritmos modernos. Ela ecoava aspectos do modelo de imprensa anglo-estadunidenses, que também já havia chegado à França. Esse horizonte, imbricado às muitas transformações de ordem social e técnica do período, deu impulso decisivo à profissionalização dos trabalhadores da imprensa. Na organização de redações novas para novas empresas, o jornalista, que durante grande parte do oitocentos possuía um ofício pouco definido, dissolvido livremente na denominação de homem de letras, foi sendo reconfigurado e adequado à função de redator — com novas determinações e limitações.

A literatura, assim, foi incorporada como uma de suas funções cotidianas, para um trabalho também cotidiano, fruto de novas exigências de produção e circulação, que já não podiam se fiar majoritariamente na remessa de colaboradores, tal qual se praticava nos meados do século XIX. É importante notar, no entanto, que isso não eliminou o regime de colaboração, tão essencial ao jornalismo oitocentista. Ele permaneceu como parte importante da imprensa século XX adentro, com colaboradores publicando de forma pontual ou sob demanda contratada, e o faziam mantendo suas ocupações primeiras como médicos, advogados, políticos, capitalistas, funcionários públicos. Diante disso, outro efeito inédito se revelava com a profissionalização em curso, visto que o trabalho de jornalista passou a figurar como possibilidade de profissão primeira, não mais apenas um ofício secundarizado.

Considerar a formação das empresas jornalísticas, portanto, é fundamental para acessar as dinâmicas de publicação, identificar

História Social, n. 26, 2º semestre - 2023

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> CHALABY, Jean K. Journalism as an Anglo-American Invention: A Comparison of the Development of French and Anglo-American Journalism, 1830s-1920s. **European Journal of Communication**. 11, no.3, 1996, pp.303-326; MCGUINESS, Max. **Modernism and Mass Press from Mallarmé to Proust**. Tese de Doutorado em História, Columbia University, 2019; NEVEU, Erick. **Sociologia do Jornalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

<sup>&</sup>lt;sup>10</sup> SÜSSEKIND, Flora. Cinematógrafo de Letras: literatura, técnica e modernização no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1987; MACIEL, Laura Antunes. Cultura e tecnologia: a constituição do serviço telegráfico no Brasil. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 21, no. 41, 2001, p. 129; LUCA, Tania Regina de. Imprensa no Brasil: nota sobre a passagem para o século XX. Revista BBM. São Paulo, n.3, 2022, pp.117-131.

prevalência de temas, rotinas de trabalho e assalariamento, num campo em vias de se profissionalizar, especialmente no pós-abolição. Assim, ao se observar os periódicos de maneira sistêmica e conectada, é possível rastrear permanências e identificar mudanças na feitura cotidiana de um mesmo veículo, o que incidia de maneira decisiva na produção de um mesmo sujeito. Mulheres e homens de imprensa perceberam de forma contundente esse conjunto de mudanças, e agiram sobre ele, entre tensionamentos e adaptações.

Por fim, o alargamento das redações, o emprego do maior número de repórteres e jornalistas fixos nos escritórios dos jornais, acabou por estimular a organização de uma mutual, concretizada em 1908 com a fundação da Associação de Imprensa, idealizada e implantada pelo extipógrafo e repórter negro, Gustavo de Lacerda.<sup>11</sup>

# O Correio do Brasil: a primeira experiência de um jornalempresa no Rio de Janeiro

Datam de meados do século XIX algumas das mudanças que permitiram, no início da década de 1870, a fundação do primeiro jornal diário organizado como sociedade anônima a circular na Corte. <sup>12</sup> A Companhia *Correio do Brasil* começou a funcionar em maio de 1871, após análise de seus estatutos pela Seção de Negócios do Conselho de Estado do Império, recebendo parecer positivo, apesar da obrigatoriedade de efetuar uma série de alterações para que as atividades tivessem início.

Esse não era um expediente incomum. De fato, era regra desde a aprovação da lei no. 1.083 de 22 de agosto de 1860, apelidada de "Lei dos Entraves", que continha "providencias sobre os Bancos de emissão,

\_

<sup>&</sup>lt;sup>11</sup> NERY, Gabriela. "Nós somos os últimos proletários do Brasil!": associativismo, imprensa e trabalho no Rio de Janeiro da virada do século (1880-1910). **Mundos do Trabalho**, Florianópolis, 14, 2022, pp. 1-21.

<sup>&</sup>lt;sup>12</sup> BRASIL, **Decreto no. 4723 de 4 de maio de 1871**, "Concede à companhia do – Correio do Brasil – autorização para funcionar, e aprova os respectivos Estatutos.", *Coleção das Leis no Império do Brasil de 1871*, Tomo XXXIV, Parte II, Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, p. 293.

meio circulante e diversas Companhias e Sociedades.".<sup>13</sup> A partir dela, determinava-se que toda e qualquer sociedade fundada no Império deveria submeter suas atas de assembleia de fundação, de instalação, normas consolidadas e outros documentos que julgasse necessários para apreciação do Conselho de Estado. Apenas após autorização do colegiado era que as iniciativas poderiam tomar seu rumo, o que denotava a enorme abrangência da lei e seu intuito de fiscalização, centralização e controle das sociedades que iam surgindo no país.

O governo imperial mirava a expansão das atividades mercantis, ocorrida sobretudo após a aprovação e promulgação da lei que extinguiu o tráfico internacional de escravizados, em 1850.¹⁴ Dada a importância da escravidão na estrutura e funcionamento da sociedade brasileira, o montante de capital tornado disponível não foi desprezível, e o primeiro movimento para reorganizar a atividade mercantil, nesse contexto, veio com o inédito Código Comercial do Império.¹⁵ Ele trouxe a possibilidade de formação de sociedades, anônimas ou comanditárias, por meio da associação de capitais, o que deu enorme fôlego à praça comercial do Rio de Janeiro. Porém, com essa dinamização, veio também uma febre especulativa que se valeu do aumento das ações negociadas na bolsa de valores, e o número de

. .

<sup>&</sup>lt;sup>13</sup> BRASIL, **Lei no. 1083 de 22 de agosto de 1860**, "Contendo providencias sobre os Bancos de emissão, meio circulante e diversas Companhias e Sociedades" disponível em LIM1083 (planalto. gov.br), acessado em 28/08/2023.

<sup>&</sup>lt;sup>14</sup> GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. Centralização política e desenvolvimento financeiro no Brasil império (1853-66). Varia História, Belo Horizonte, 28, no. 48, 2012, pp.805-832; SAÉZ, Hernán Henrique Lara. A evasão de ouro dos fundos bancários em meados do século XIX e suas consequências para a política econômica. Almanack. Guarulhos, 1, 2011, pp.66-87; VITORINO, Artur José Renda. Política, agricultura e a reconversão do capital do tráfico transatlântico de escravos para as finanças brasileiras na década de 1850. Economia e Sociedade. Campinas, 17, n. 3 (34), 2008, pp. 463-491; SABA, Roberto. As praças comerciais do Império e a aprovação do Código Comercial Brasileiro na Câmara dos Deputados. Angelus Novus. São Paulo, 1, 2010, pp. 77-96.

BRASIL, **Decreto no. 4723 de 4 de maio de 1871**, "Concede à companhia do – Correio do Brasil – autorização para funcionar, e aprova os respectivos Estatutos.", *Coleção das Leis no Império do Brasil de 1871*, op. cit.

<sup>&</sup>lt;sup>15</sup> BRASIL, **Lei no. 556 de 25 de junho de 1850**, "Código Comercial", disponível em LIM556 (planalto.gov.br), acessado em 28/09/2023.

falências disparou naquela década. Ademais, o fim do tráfico internacional de escravizados deu força ao tráfico interprovincial, o que reorientou o fluxo de meios circulantes para as províncias, desabastecendo a Corte e piorando uma questão que já era grave na capital.

A "Lei dos Entraves" foi remédio administrado para incidir sobre essas questões e foi vista, por muitos, como mais nociva do que os problemas que pretendia sanar. De todo modo, a norma acabou dando forma a uma burocracia fiscalista que, em última instância, legou inúmeros registros de sociedades fundadas até o fim da vigência da lei, na década de 1880. Os estatutos da Companhia *Correio do Brasil* estavam entre eles.

Como era de praxe a esses documentos, o primeiro artigo dava conta das finalidades e objetivos da empresa, assim dispostos:

Art.1°. A companhia ou associação denominada *Correio do Brasil*, tem por fim fundar e manter na Capital do Império uma folha diária com esse título, consagrada aos interesses industriais, peculiarmente os comerciais e agrícolas, ampliando quanto for possível a parte noticiosa, dando o necessário desenvolvimento à parte científica, artística e literária, e proporcionando ao público leitura barata e instrutiva.<sup>16</sup>

Ficava anunciada, portanto, a elaboração de uma folha que, à primeira vista, revelava um perfil muito próximo ao mais tradicional dos diários do Rio de Janeiro, o *Jornal do Commercio*. Colocava-se no horizonte uma dura concorrência a ser enfrentada pelo *Correio*.

Sua proposta de funcionamento ficaria mais clara em seu número de estreia, de 21 de dezembro de 1871, quando a tradicional coluna editorial que compunha os diários, localizada comumente na primeira página, à esquerda, discorreu agradecimentos e intenções. Foram citados nominalmente o *Diário do Rio de Janeiro*, A *República*, A *Reforma* e O Apóstolo, revelando a rede de conexões que apoiaram a empresa desde a primeira hora. Elas também davam pistas do espectro político ao qual o jornal

<sup>&</sup>lt;sup>16</sup> BRASIL, **Decreto no. 4723 de 4 de maio de 1871**, op. cit., p.293.

se filiava. Para além disso, enfatizou-se na coluna a grande procura dos anunciantes, com o intuito de colocar-se em alta conta, esboçou-se alguma desculpa pela baixa qualidade da primeira edição e referendou-se a empreitada como fruto não apenas da vontade dos assinantes, mas também dos amigos da empresa, uma indicação possível aos acionistas.

Dessa forma, o editorial encaminhava-se de maneira usual, até o momento em que foi trazido ao texto os estatutos da companhia, grafando em letras maiúsculas, com destaque, a palavra "companhia". 17 Dava-se ênfase, assim, ao caráter empresarial do diário, mas não apenas. Além do artigo 1º. das normas, foi transcrito o artigo 23, que explicitava a proibição de se publicar matéria política nas colunas editoriais, a fim de evitar parcialidades. Já nas colunas adjetivadas como "ineditoriais", todas as discussões seriam aceitas, de caráter político, literário ou científico, das mais diversas vertentes, contanto que não fossem ofensivas do ponto de vista moral, nem empenhassem discussão pessoal. Esse tipo de conduta era vedado "quando não se ache o artigo responsabilizado pelo próprio autor", o que consequentemente não o proibia em todas as circunstâncias. Caso os originais tivessem sido entregues nos escritórios da redação com assinatura, junto a um documento que atestasse a responsabilidade do autor, ele poderia ser veiculado. O Correio do Brasil, portanto, deixava explícita a intenção de não ter de se haver com as consequências jurídicas de qualquer publicação, especialmente porque acusações de injúria e calúnia eram frequentes, e parte considerável delas chegava à justiça. 18

Muito pode se depreender do formato e do conteúdo escolhido pelo diretor da redação para essa apresentação. A opção por transcrever partes dos estatutos, ao invés de produzir longa análise sobre as diretrizes a serem seguidas pelo jornal, um procedimento comum aos programas, já apontava para a tentativa de implantar um regime de escrita mais direto e factual. Afinal, plasmar as normas na coluna editorial intencionava

<sup>&</sup>lt;sup>17</sup> **Correio do Brasil**, Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1871, p.1.

<sup>&</sup>lt;sup>18</sup> Idem; Ver GODOI, Rodrigo Camargo de. Crimes de Imprensa nos Tribunais Paulistas. **Varia História**, Belo Horizonte, 37, 2021 pp. 156-84.

estabelecer um compromisso com os leitores, acionistas e anunciantes, que já havia sido firmado com instâncias superiores, a saber, o Conselho de Estado do Império. Vale assinalar que a menção direta à imparcialidade editorial era perspectiva pouco visada pela imprensa carioca naqueles anos, em muito porque o jornalismo praticado no Brasil tinha referência maior num modelo profundamente literário e opinativo. <sup>19</sup> Esse cenário começaria a se alterar na década seguinte, quando os apelos pela neutralidade e garantias de distanciamento dos debates políticos apareceram aqui e ali. Ao menos discursivamente.

Estabelecidas as bases de seu funcionamento, o *Correio* ganhou as ruas do Rio de Janeiro e foi bem recebido pelos seus pares, num primeiro momento. No entanto, a recepção acolhedora durou pouco tempo e a empreitada e suas tantas novidades, da formação enquanto sociedade anônima até a pretensão editorial de ater-se a um jornalismo noticioso e imparcial, pareceu naufragar num mar de estranhamentos. Pairava sobre o jornal certa impressão de desajuste, de mal funcionamento, como se os termos de sua orientação e organização não cumprissem com o esperado de um veículo de imprensa. É possível acompanhar essa repercussão e presença através de um importante periódico da época, intitulado *O Mosquito*.

Se a primeira impressão do satírico foi a de que o jornal viria para ocupar o lugar do *Diário de Notícias*, ela se desfez em menos de um ano. A partir de 1872, *O Mosquito* voltou-se de forma incisiva para o *Correio*, carregando nas tintas sobre o que era escrito de forma menos acintosa em outras publicações.

Os primeiros comentários da investida direcionavam-se aos artigos de fundo e análises elaborados pelo redator e diretor de redação, Rodrigo Octavio. Ele ocupava ambos os cargos, acumulando proventos, dentro

<sup>10</sup> 

<sup>&</sup>lt;sup>19</sup> MCGUINESS, Max. 2019, op. cit.; BIRCH, Edmund. Literature and the Press in France. **Dix-Neuf**, 21, no.4, 2017, pp.223-230; FARRANT, Tim, Fragmentation, *feuilleton*, form: Balzac, Baudelaire, Zola. **Dix-Neuf**, 21, no.4, 2017 pp.245-247; PINSOLLE, Dominique. A French Daily Backed by American Interests: *Le Matin*, 1884-1890, **Transatlantica:** revue d'études américaines. **American Studies Journal**, 1, 2013, pp.1-13.

de uma comissão que contava com apenas mais um redator, como estabelecido nos estatutos. O caráter diminuto dos escritórios de redação seguia o padrão dos demais veículos de imprensa do período, visto que a maior parte das publicações eram fruto de colaboradores, que remetiam seus textos aos jornais muitas vezes de forma voluntária. A função de editoração de conteúdo, portanto, era atribuição fundamental. Já do ponto de vista da produção de material, cabia sobretudo a Octavio redigir análises e artigos que carregassem a voz direta do jornal, e parece ter havido esforço efetivo para cumprir a promessa de imparcialidade, aspecto crucial para atrair anunciantes e acionistas das mais diversas vertentes políticas. Porém, a maneira como esse expediente foi sendo gradativamente percebido revelava algum desagrado:

Sabes que os irlandeses têm quase todos um O' no apelido? São O'Brien, O'Connel, O'Neill. Além disso, quase todos são pobres... pobres, mas pobres de meter dó ao falecido Jó.

Isto vem para encabeçar a narração de um diálogo que apanhei há dias:

- Sabes porque (sic) a parte editorial do *Correio do Brasil* é tão pobre?
- Por ser feita por doutores?
- Não, por ser feita por irlandeses: O'...ctavio, O'...ttoni... O'...
- Oh! Diabo!...
- Esse não... Esse não é da redação.<sup>20</sup>

Theophilo Ottoni era o outro redator, que não foi poupado sequer em sua profissão primeira, visto que parte da justificativa da má qualidade das seções editoriais, em evidente tom de troça, foi creditada ao fato de ambos os redatores serem advogados. As críticas sobre esse aspecto do *Correio do Brasil* continuaram a aparecer em profusão, e um

 $<sup>^{20}</sup>$  O Mosquito. Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1872, p. 6.

outro comentário, publicado também em 1872, não deixava dúvidas sobre algumas facetas da repercussão que o novo jornal estava recebendo:

## Salpicos

A Sociedade Econômica de Consumo diz no seu prospecto que estabelecerá "um grande armazém central onde se venderá toda a sorte d'artigos, etc."

Se venderem também *artigos de fundo* quem *deita* freguês importante é o snr. Dr. Rodrigo Octavio, chefe de redação do *Correio do Brasil.* Só assim este importante *saxofone* da imprensa terá bons *artigos*.<sup>21</sup>

Afora a recepção pouco lisonjeira que o trabalho dos redatores do *Correio* estava recebendo, o segundo aspecto colocado como ponto de crítica vinha da concorrência direta que o diário fazia, ou, visto de outro modo, enfrentava. Como os objetivos do jornal bem explicitavam, o intuito era tratar do mundo dos negócios, comércio e agricultura, a partir de uma perspectiva noticiosa. Havendo espaço e interesse, artes, literatura e ciências entrariam em campo, a fim de propiciar a instrução dos leitores por um baixo custo. Diante disso, excetuando-se o objetivo de instruir o público a preço módico, esse era o espaço sobre o qual estava plenamente estabelecido o tradicional *Jornal do Commercio*. Fundado em 1827 e contando com a fidelidade de setores economicamente importantes da Corte, ele era o gigante da imprensa com o qual *Correio do Brasil* vinha a se bater, por mais que a concorrência não se fizesse textualmente explícita nos respectivos jornais.

Foi, entretanto, do interesse d'O Mosquito jogar luz a esse ponto, e dele pode se ligar o alerta para algumas questões. Em primeiro lugar, ressaltar que os jornais diários não atuavam de modo isolado e mantinham relação com outros periódicos. Dessa maneira, por mais que o Correio do Brasil se utilizasse de artifícios retóricos para produzir uma percepção de imparcialidade, o que lhes custou críticas severas, ele de forma alguma

<sup>&</sup>lt;sup>21</sup> **O Mosquito**. Rio de Janeiro, 13 de abril de 1872, p.6.

atuava de maneira isenta diante da conjuntura. Isso pode ser visto nos agradecimentos explícitos feitos em seu número de estreia aos veículos de imprensa A República, A Reforma, O Apóstolo e Diário do Rio de Janeiro, colocando sem cerimônias filiações políticas e ideológicas às vistas. E elas não eram as mesmas do Jornal do Commercio.

O Mosquito acompanhava essa movimentação e cerrava fileiras contra o novo diário. Ele acusava, sempre com tiradas sarcásticas, que as notícias ali publicadas vinham invariavelmente com grande atraso em relação ao noticiário do concorrente, afirmando que o Correio funcionava, então, como um arquivo para aqueles que desejassem pesquisar fatos do passado.<sup>22</sup> Assim, ele seria tudo menos uma folha noticiosa, atualizada e voltada aos negócios, tal qual anunciava. Nessa toada, O Mosquito tomava liberdade em endereçar até mesmo os momentos em que o Jornal do Commercio falhava em informar seus leitores, e que isso não abalava sua reputação:

Quando Deus tira os dentes, alarga a goela.

Quando o Sr. Castro tem pouco assunto, deita tipo mais gordo.

E o Jornal do Commercio sai sempre do mesmo tamanho.

MORALIDADE DA COUSA

O Correio do Brasil não lhe faz mossa.

Gira<sup>23</sup>

O último ponto no qual *O Mosquito* centrou fogo, em seu feroz escrutínio ao *Correio do Brasil,* aconteceu quando o jornal estava em derrocada. Tal qual muitos dos veículos de imprensa fundados na Corte, a folha não conseguiu transpor a barreira do segundo ano de circulação, sendo possível encontrar anúncios dos diversos leilões realizados de sua massa falida com a listagem de prelos, tipos e toda sorte de materiais

<sup>&</sup>lt;sup>22</sup> **O Mosquito**. Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1872, p. 6.

<sup>&</sup>lt;sup>23</sup> **O Mosquito**. Rio de Janeiro, 2 de março de 1872, p. 6.

à disposição. O último anúncio publicado foi justamente no *Jornal do Commercio*, em setembro de 1873.<sup>24</sup> De todo modo, antes que o trágico desfecho fosse revelado, *O Mosquito* acompanhou a agonia do *Correio* com certa satisfação, comentando a situação de suas ações no mercado do Rio de Janeiro

Também os tempos estão para os jornais.

O "Correio do Brasil" já dá três linhas de anúncio gratuitos de prêmio a cada assinante.

Três linhas, a tostão, são 300 rs. Para um jornal cujas ações valem o que nós sabemos...

Cousas! Cousas!

Commendador Bob... da Silva<sup>25</sup>

A partir da queda do valor das ações a situação da folha piorou de forma progressiva, até sua falência, e mesmo após o fechamento da empresa ela permaneceu sendo referenciada nas páginas do satírico como um mal negócio, não raro sob o trocadilho de "má-companhia".

O que a experiência do *Correio* pode indicar, entre seus pioneirismos e fracassos, é que apesar da praça de comércio do Rio de Janeiro ter caminhado em direção à diversificação de atividades, a imprensa levou mais tempo para conseguir se inserir nessa dinâmica.<sup>26</sup> Desse modo, um diário constituir-se como empresa e operar sob tal lógica, no início da década de 1870, era peça difícil de engrenar no maquinário de ambos os mundos, dos jornais e dos negócios. As críticas d'*O Mosquito*, assim, são indícios desse cenário, ainda que os ataques ao *Correio do Brasil* fizessem parte do conjunto das condutas costumeira da imprensa oitocentista. Se não havia novidade na rivalidade estabelecida entre os periódicos, nem mesmo na adoção de uma linguagem muitas vezes virulenta, o que merece

24

<sup>&</sup>lt;sup>24</sup> **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1873, p.5.

<sup>&</sup>lt;sup>25</sup> **O Mosquito**. Rio de Janeiro, 7 de setembro de 1872, p.7.

<sup>&</sup>lt;sup>26</sup> FRANK, Zephyr L. **Reading Rio de Janeiro:** literature and society in nineteenth century. Stanford, California: Stanford University Press, 2016.

atenção são os temas que embasavam as críticas. De forma reveladora, o satírico endereçava justamente o aspecto empresarial do *Correio do Brasil*, tanto do ponto de vista de sua administração e organização societária, quanto das diretrizes apresentadas, desde o seu número de estreia, para a feitura de seu jornalismo.

Sua existência, portanto, é capaz de apontar para um período de transição fundamental, revelador da posição relativa dos diários no mundo dos negócios, ainda como iniciativas pouco afeitas aos novos modelos emergentes na Corte. Mas essa era uma perspectiva que não tardaria a mudar. É o que se pode acompanhar na trajetória de dois outros importantes diários, consolidados no último quartel do século XIX, a *Gazeta de Notícias* e *O País*.

### A Gazeta de Notícias: um jornal e uma virada empresarial

Elysio Gonçalves Mendes, cidadão português, o Doutor José Ferreira de Souza Araújo e Manoel Rodrigues Carneiro Júnior, cidadãos brasileiros, e noventa e um sócios comanditários, todos residentes nesta Corte, tem contratado ante si uma sociedade em comandita para o negócio de tipografia e publicação de uma folha diária.<sup>27</sup>

Foi com essas informações que os estatutos da *Carneiro*, *Mendes & C.* iniciaram a justificava do pedido de criação de sua sociedade, de capital avaliado em 30:000\$000, divididos da seguinte forma: os três sócios solidários, citados de início, participariam cada um com a quantia de 3:000\$000 e os 21:000\$000 restantes viriam divididos em "quinhões", no valor de 100\$000, pertencentes aos sócios comanditários.<sup>28</sup> Dentre estes, apenas dois investiram o valor de 500\$000, ambos figuras de destaque do mundo dos negócios do Rio de Janeiro. O primeiro era o português João José dos Reis, Visconde de São Salvador de Matosinhos, que presidiu o Banco

<sup>&</sup>lt;sup>27</sup> Carneiro, Mendes & C. Fundo da Junta do Comércio do Rio de Janeiro. **Arquivo Nacional do Rio de Janeiro**, Livro 63, requerimento 17.202, 1876.

<sup>&</sup>lt;sup>28</sup> Idem. Ver também Ferreira de Araújo. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1900, p.1.

Comercial do Rio de Janeiro junto a José Carlos Mayrink por diversos anos. O segundo foi José João Martins de Pinho, também português e mais tarde tornado Conde do Alto Mearim. E assim, de quinhão em quinhão, nasceu a Gazeta de Notícias, em maio de 1875, com um capital 75% menor do que o Correio do Brasil, fundado quatro anos antes.

Uma ou duas palavras precisam ser ditas a respeito dessa organização. Os sócios solidários eram os únicos autorizados a assumir a gerência do negócio, sendo responsáveis exclusivos por ele, como determinava o Código Comercial do Império.<sup>29</sup> Todos os demais acionistas, os comanditários, estavam impedidos de praticar qualquer ato de gestão ou assumir qualquer posição relacionada à sociedade, mesmo mediante procuração. Caso o fizessem, corriam o risco de se tornarem solidariamente responsáveis. Portanto, diante da legislação, os comanditários funcionavam como financiadores da empreitada e recebiam lucros relativos às suas cotas, caso o negócio prosperasse. No limite de suas atribuições, eles ainda poderiam fiscalizar a atividade dos dirigentes, mas a prática cotidiana revelava um jogo mais complexo, visto que alguns setores da sociedade carioca adquiriam ações nos mais diversos empreendimentos da Corte, jornais inclusos, o que lhes conferia um significativo poder político-econômico.

De pronto, a imprensa preferiu adotar o modelo das sociedades comanditárias, para posteriormente aderirem às sociedades anônimas. Nessa última forma de organização, os acionistas majoritários ficavam em posição privilegiada para influir decisivamente na formação de conselhos e quadros de diretores, e até mesmo assumi-los, sem necessariamente ter qualquer experiência com a atividade jornalística.<sup>30</sup>

<sup>&</sup>lt;sup>29</sup> BRASIL, Lei no. 556 de 25 de junho de 1850, "Código Comercial", disponível em LIM556 (planalto.gov.br), acessado em 28/09/2023.

<sup>&</sup>lt;sup>30</sup> Dentre todas as sociedades registradas no Rio de Janeiro a partir de 1850, os cidadãos portugueses compunham a maioria dos sócios participantes, ultrapassando 50% do total. A situação só mudaria a partir de 1891, quando o número de sócios portugueses registrados cairia para 44%. Ver ABRAMITZKY, Ran; FRANK, Zephyr; MAHAJAN, Aprajit. Risk, Incentives, and Contracts: Partnerships in Rio de Janeiro, (1870-1891). The Journal of Economics History, 70, no.3, 2010, pp. 686-715.

Dito isso, a Gazeta de Notícias nasceu comanditária, em 1875, e se tornou anônima apenas em 1890.31 Por esse motivo, Elysio Mendes, Manoel Carneiro e Ferreira de Araújo eram tratados na imprensa como seus primeiros proprietários. A presença e a importância desses personagens variaram no correr dos anos, e o único que permaneceu até a mudança de seu modelo de sociedade foi Ferreira de Araújo, que na ocasião se tornou sócio majoritário da empresa. Ele continuou como chefe de redação e foi parte de sua direção até falecer, em 1900. Dali em diante, o segundo maior acionista e redator de longa data do jornal, o português Henrique Chaves, assumiu as posições de mando. Ferreira de Araújo se dedicou por 25 anos à Gazeta, tendo conseguido estruturar e consolidar o primeiro jornal moderno e empresarial da Corte, se tornando um dos mais importantes homens de imprensa da segunda metade do século XIX do Rio de Janeiro. Ainda assim, o ofício de jornalista tardou a ganhar ares de reconhecimento profissional em sua trajetória, um aspecto crucial para entender o próprio universo do trabalho, dos impressos e dos negócios no qual circulavam diários, revistas e periódicos.

José Ferreira de Souza Araújo nasceu no Rio de Janeiro, em 1848. Aos 14 anos, ingressou na Faculdade de Medicina da capital para se formar em 1867, aos 19 anos.<sup>32</sup> Um ano depois, já era possível encontrar seu nome no *Almanak Laemmert*, numa lista de médicos cirurgiões da Corte, bem como seu endereço profissional e residencial, ambos na rua Sete de Setembro, nos. 121 e 131, respectivamente.<sup>33</sup> Essa última informação constou em uma publicação do *Jornal do Commercio*, em que a *Associação dos Artistas Portugueses* fazia conhecer aos associados que o doutor havia lhes oferecido seus serviços, e que poderiam procurá-lo a qualquer hora, do dia ou da

\_

<sup>&</sup>lt;sup>31</sup> Ata da Assembleia Geral Constitutiva da Sociedade Anônima Gazeta de Notícias. Fundo da Junta Comercial do Rio de Janeiro. **Arquivo Nacional do Rio de Janeiro**, Livro 49, Requerimento 1200, 1891.

<sup>&</sup>lt;sup>32</sup> Ferreira de Araújo. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, 1900, op. cit.; Memória histórica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro sobre os acontecimentos mais notáveis ocorridos em 1867. BRASIL. **Ministério do Império**. Relatório do ano de 1867 apresentado a Assembleia Geral na 2ª. Sessão da 13ª. Legislatura (Publicado em 1868), p. 30.

<sup>&</sup>lt;sup>33</sup> Médicos e Cirurgiões. **Almanak Laemmert**. Rio de Janeiro, ano XXVI, 1869, p.487.

noite, em seu consultório.<sup>34</sup> A nota terminava com um agradecimento, em nome da diretoria, por aquele "oferecimento tão patriótico", apesar de Ferreira de Araújo não ser português. Na década seguinte, ele continuou as atividades em seu consultório particular e prestou serviços para a seguradora *Garantia e Proteção Mútua*, além de tomar assento no conselho da *Companhia de Benefícios Mútuos Fraternidade Brasileira*.<sup>35</sup>

Atuar em sociedades beneficentes e seguradoras eram expedientes comuns a médicos e advogados, visto que eles eram particularmente demandados a fim de garantir os benefícios acordados entre os membros. Nessa relação, estabelecia-se uma via de mão dupla, que tinha início na colaboração desses profissionais e se desdobrava em suas inserções no círculo social, cultural, econômico e político das comunidades atendidas. A Caixa de Socorros de D. Pedro V, exclusiva aos portugueses e para quem Ferreira de Araújo prestou serviços como médico por 10 anos, mostra o alcance dessa dinâmica, ao listar cerca de 60 doutores colaboradores, no início da década de 1870.36 A medicina, portanto, sempre esteve entre as principais atividades de Ferreira de Araújo, ainda que ao fim de sua vida ele não se ocupasse mais do atendimento clínico, mas sim de cargos de gestão, como na administração do Hospital Geral da Santa Casa de Misericórdia.<sup>37</sup> Dessa maneira, a atuação na imprensa veio primeiro de forma lateral, como era comum aos bacharéis de então, até ganhar proeminência e centralidade em seu mundo do trabalho.

Suas primeiras contribuições em periódicos foram na área da saúde e ocorreram no final da década de 1860, para *Revista do Instituto Acadêmico do Rio de Janeiro*, no qual ele atuou como sócio correspondente.<sup>38</sup> A publicação em órgãos não especializados só viria no decênio seguinte,

<sup>&</sup>lt;sup>34</sup> **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1868, p.2.

<sup>&</sup>lt;sup>35</sup> **Almanak Laemmert**. Rio de Janeiro, ano XXXV, 1878, p.543.

<sup>&</sup>lt;sup>36</sup> **Almanak Laemmert**. Rio de Janeiro, ano XXIX, 1872, p.405.

<sup>&</sup>lt;sup>37</sup> **Almanak Laemmert**. Rio de Janeiro, ano LII, 1895, p.1382; **Almanak Laemmert**. Rio de Janeiro, ano LVII, 1900, p.789.

<sup>&</sup>lt;sup>38</sup> Sócios Correspondentes. **Revista do Instituto Acadêmico**. Rio de Janeiro, ano II, no.2, outubro de 1868, p.95; Sócios Correspondentes. **Revista do Instituto Acadêmico**. Rio de Janeiro, ano II, no.4, maio de 1869, p.43.

em colaborações para a revista literária *O Guarani*, o satírico *O Mosquito* e o *Diário de Notícias*, já utilizando, por vezes, o pseudônimo que seria consagrado na *Gazeta de Notícias*, Lulu Sênior.

Dentre os veículos de imprensa citados, *O Mosquito* cumpriu papel fundamental, visto que Elysio Mendes e Manoel Carneiro também atuaram ali, o primeiro como colaborador e o segundo como redator.<sup>39</sup> Há possibilidade, inclusive, de Carneiro ter ocupado posição ainda mais importante no satírico, quem sabe como sócio, visto que o endereço dos escritórios do periódico foi o mesmo da *Gazeta de Notícias*, enquanto ele esteve no jornal.<sup>40</sup> No início de 1875, o endereço d'*O Mosquito* era o da rua do Ourives, no. 45, e passou à rua do Ouvidor, no. 70, pouco depois dos estatutos da *Gazeta* serem registrados, e antes mesmo do primeiro número vir à praça. Cerca de um ano e meio depois, quando Manoel Carneiro deixou a sociedade e o jornal, o endereço d'*O Mosquito* voltou a mudar, bem como a própria firma sob a qual a *Gazeta de Notícias* estava registrada.<sup>41</sup> Agora ela traria o seu terceiro sócio, antes preterido, no nome *Araújo, Mendes & C.* 

Ambas as firmas foram registradas com suas razões de ser. Enquanto Ferreira de Araújo era um jovem médico, que deu os primeiros passos na imprensa sob a guarida de Manoel Carneiro, o redator já era jornalista experimentado, que conseguiu fazer O Mosquito prosperar no ambiente instável dos periódicos do Rio de Janeiro. O semanário se consolidou, ganhou corpo e publicou regularmente por sete anos consecutivos, marca que não era trivial sequer para jornais diários na década de 1870. Por esse motivo, é fundamental assinalar que o primeiro redator-chefe da Gazeta de Notícias, que a conduziu no início da empreitada por um ano e meio, foi

<sup>&</sup>lt;sup>39</sup> Hóspede distinto. **O Globo**. 8 de julho de 1876, p. 3.

<sup>&</sup>lt;sup>40</sup> O Mosquito mudou de propriedade ao menos três vezes durante a década de 1870, sendo de propriedade da C. Faria & C. em 1871, ver Almanak Laemmert. Rio de Janeiro, ano XXVIII, 1871, p.680, da Angelo & C. em 1874, ver Almanak Laemmert. Rio de Janeiro, ano XXXI, 1874, p.866, passando, por fim, aos seus últimos proprietários da Santos & Bordalo em 1877, cujos sócios eram André Domingues Santos e Raphael Bordalo Pinheiro, Almanak Laemmert. Rio de Janeiro, ano XXXIV, 1877, p.1003.

<sup>&</sup>lt;sup>41</sup> O Mosquito. Rio de janeiro, 7 de dezembro de 1876.

Manoel Carneiro. A importância geral d'O Mosquito, assim, também deve ser demarcada e pode ser vista em uma publicação da Gazeta, de 1891.

Seu intuito primeiro era render homenagens a Elysio Mendes, que se retirou da empresa antes da transformação em sociedade anônima, restando da formação original apenas Ferreira de Araújo. Fazia-se, assim, uma espécie de balanço e história do diário, que tinha uma origem declarada: "Esse *Mosquito* foi o ninho de que saiu a *Gazeta*; todos nós, mais ou menos temos um pouco de *Mosquito* na consciência; foi aí que começamos a atar rabos de papel ao manto imperial e a fazer troça às traquitanas de S. Cristóvão." Sendo Ferreira de Araújo, nesse período, sócio majoritário da nova sociedade anônima e redator-chefe da folha, é muito provável que o texto, ainda que não assinado, seja de sua autoria.

Elysio Mendes, o terceiro sócio fundador e proprietário, era cidadão português e frequentava associações voltadas aos súditos lusitanos residentes no Rio de Janeiro. Em 1862, ele compôs a diretoria do tradicional Retiro Literário Português, em atividade desde 1839, na posição de 2º secretário. Em 1868, ele permanecia como um sócio frequente, como se pode ver de sua participação na sessão magna da entidade ocorrida no Club Fluminense, quando declamou a poesia Colombo. Além do engajamento na associação, Mendes colocou sua pena a serviço de uma pequena folha, intitulada X, pertencente a um clube carnavalesco carioca. Lá ele ocupou a função de redator, mas foi n'O Mosquito que colaborou com mais regularidade, a partir da década de 1870, e estreitou laços com Manoel Carneiro e Ferreira de Araújo. Todavia, apesar da inclinação para a literatura e atuação na imprensa, sua profissão passava ao largo dessas atividades.

Elysio Mendes era guarda-livros e atuou durante anos na mais alta posição da área dentro do Banco Comercial do Rio de Janeiro. Nos

\_

<sup>&</sup>lt;sup>42</sup> Elysio Mendes. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1891, p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>43</sup> Estatutos do Retiro Literário Português no Rio de Janeiro, fundado em 30 de junho de 1839, em BRASIL. **Coleção de Leis do Império**. Rio de Janeiro, Parte II, Tomo XXIV, 1861, p. 498; Retiro Literário Português. **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1862, p.3.

<sup>&</sup>lt;sup>44</sup> Gazetilha. Jornal do Commercio. 7 de janeiro de 1868, p.1.

balancetes disponibilizados pela instituição e publicados na imprensa, entre 1870 e 1875, era Mendes que os assinava junto aos administradores, aparecendo como guarda-livros chefe ou *chief accountant.* Nesses anos, a presidência e vice-presidência do banco variou entre José Carlos Mayrink, J. M. Cornélio dos Santos e João José dos Reis, que a partir de 1873 passou a constar nesses documentos como Visconde de São Salvador de Matosinhos. Como já se viu, o Visconde foi um dos sócios comanditários com maior cota individual na sociedade que fundou a *Gazeta de Notícias*.

A participação na imprensa interessava à família Reis, por certo como importante instrumento da arena político-econômica, e tal interesse encontrou acolhimento efetivo nos planos de João José dos Reis Júnior, que em 1884 fundou um diário. Era *O País*. Já João José do Reis, pai, além de homem de negócios e um interessado na imprensa da Corte, também foi muito ativo dentre as sociedades portuguesas do Rio de Janeiro, sendo um dos fundadores da *Caixa de Socorros Pedro V*, onde Ferreira de Araújo prestou serviços, entre 1871 e 1881.

A proximidade dos fundadores da *Gazeta de Notícias* a figuras importantes do mundo dos negócios da Corte, com destaque para a comunidade portuguesa, apontava para uma hábil costura feita por esses atores, a fim de viabilizar a fundação do jornal, o que parece ter dado segurança a Elysio Mendes em relação ao seu trabalho no Banco Comercial do Rio de Janeiro. Em 1875, ele já não assinava mais os balancetes da casa, sugerindo que tenha voltado a maior parte dos seus esforços à nova empreitada. De fato, Mendes foi o verdadeiro arquiteto da folha no que diz respeito a estruturação da sociedade e do empreendimento, atento à concorrência e ao espaço necessário a se cavar para viabilizá-lo

Quando foi fundado o primeiro *Diário de Notícias*, o Elysio esteve a ponto de perder o sono e o apetite; ia para lá espiolhar tudo, o que não lhe dava muito trabalho, porque o *Diário* era feito a *la diable*, sem organização alguma.

História Social, n. 26, 2º semestre - 2023

<sup>&</sup>lt;sup>45</sup> **Rio Comercial Journal**. Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1870, p.3; **Rio Comercial Journal**. Rio de Janeiro, 8 de junho de 1875, p. 3.

Quando o *Diário* deu à casca, apesar do sucesso do Juca Rosa, o Elysio pôs-se em campo, e pouco depois, ele, Manoel Carneiro e Araújo, com o auxílio de alguns amigos que tomaram quinhões comanditários, puseram na rua a *Gazeta*.<sup>46</sup>

O Diário de Notícias pertencia a A. Clímaco dos Reis e, como tantos, não completou dois anos de publicação, circulando entre agosto de 1870 e junho de 1872. Acompanhado de perto pelo guarda-livros, seu fim precoce não deu ensejo a fundação da *Gazeta* de imediato, sendo necessários outros três anos para que ela saísse do papel, sugerindo cautela e organização por parte dos futuros sócios — solidários e comanditários. *O Mosquito* corroborou essa perspectiva geral dois anos depois, em uma minibiografia publicada em 1877, onde dava o perfil do português e de seu papel no jornal, em tom bem-humorado

Elysio Mendes

O rosto é cor de cera; onde vai leva o leque; Bigode negro tem, que um touro já lambeu; Leonardo-mirim, da *Gazeta* é o espeque, E em nadar e poupar ninguém nunca o venceu.

Mirecourt Júnior.47

Vinda à público, a *Gazeta de Notícias* mudou definitivamente a dinâmica dos diários da Corte, e a trajetória dos seus fundadores revela a costura necessária para estabelecer o capital inicial para seu funcionamento, em grande medida português, e as experiências e rede de relações organizadas para levar a folha adiante.<sup>48</sup>

<sup>47</sup> Biografias instantâneas. **O Mosquito**. Rio de Janeiro, 26 de maio de 1877, p.6.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>46</sup> Elysio Mendes. **Gazeta de Notícias**. 1891, op. cit.

<sup>&</sup>lt;sup>48</sup> RODRIGUES, Rita de Cássia. Gazeta de Notícias: jornal fomentador da cultura e da literatura portuguesa no Rio de Janeiro. Letras Escreve, v. 8, n. 1, 2018, pp. 193-217; RAMOS, Ana Flávia Cernic. 2015, op. cit.; ARAÚJO, Rodrigo Cardoso Soares de. **Caminhos na produção da notícia**:

Ela então inovou e implementou o sistema de vendas avulsas, descentralizando o modelo por assinaturas, e baixou o preço dos exemplares, que podiam ser encontrados nas esquinas, nos bondes, nas estações de trem por 40rs. O jornal ainda organizou, pioneiramente, um exército de vendedores, o que lhe exigiu esforços sistemáticos de contratação para espalhá-los pelas ruas do Rio de Janeiro. 49 Os anúncios publicados em seus primeiros números dão conta da empreitada, que começou timidamente estampada em linhas de "Precisa-se de vendedores". Meses depois, ela chegou a anúncios mais contundentes, apelando às "famílias pobres e honestas" para que empregassem seus filhos, com a promessa de ganhos de até 90\$000 mensais.<sup>50</sup> Estabelecida a prática, outros jornais começaram a adotá-la, reconhecendo, por vezes, o pioneirismo da Gazeta, como foi o caso do diário O Reporter. Ele ainda deixava claro, em 1879, que vendedores e entregadores eram constituídos por meninos, moleques, livres ou escravos, com promessas de ganhos consideravelmente menores do que a oferecida pela Gazeta, ficando na casa dos 30\$000 mensais, possivelmente por conta da abrangência e circulação mais tímida dessa folha.<sup>51</sup>

Estabelecidas novas formas de vender e distribuir, o diário de Carneiro, Mendes e Araújo prosseguiu com inovações ao oferecer destaque para a literatura em suas páginas, combinada a uma linguagem leve e que comunicasse ao maior número de leitores possível. Deixava-se claro, assim, o objetivo de romper barreiras e se popularizar. Nesse caminho, a

a imprensa diária no Rio de Janeiro (1875-1895). Tese de Doutorado em História, Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015; LIMA, Marina da Silva. Entre debates e picuinhas: a *Gazeta de Notícias* e a imprensa brasileira na virada do século XIX. **Miscelânea**, Assis, v. 8, 2010, pp. 10-27

<sup>&</sup>lt;sup>49</sup> Sobre a importância dos vendedores de rua na cadeia de distribuição do jornalismo moderno, ver BEKKEN, Jon. Newsboys: the exploitation of 'Littel Merchants' by the newspaper industry. HARDT, Hanno, BRENNEN, Bonnie (org). **Newsworkers: toward a history of rank and file**, Minneapolis: University of Minnesota Press, 1995.

<sup>&</sup>lt;sup>50</sup> **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, 3 de agosto de 1875, p.1; **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, 1°. de setembro de 1875, p.3.

<sup>&</sup>lt;sup>51</sup> O Reporter. Rio de Janeiro, 4 de janeiro de 1879, p. 2; O Reporter. Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1879, p.4; O Reporter, Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1879, p.4.

folha se consolidou como a mais literária do Rio de Janeiro e a que melhor remunerava os literatos ao final do século XIX, pagando a Machado de Assis, em 1884, a quantia de 10\$000 para cada crônica publicada nas "Balas de Estalo". <sup>52</sup> A despeito da crise inflacionária do fim do século, houve valorização da atividade no correr dos anos, e a remuneração chegou a quintuplicar, alcançando 50\$000 no início dos novecentos, número eventualmente superado apenas pelo *Jornal do Commercio*, que chegou a oferecer 60\$000 por produção. <sup>53</sup>

A fórmula desenhada pela *Gazeta* trouxe bons resultados, e 15 anos depois de sua fundação, deu frutos nas linhas do próprio Machado de Assis, em crônica do início da década de 1890, sobre o impacto das mudanças trazidas pelo jornal

Antigamente as folhas eram só assinadas; poucos números avulsos se vendiam e, ainda assim, era preciso ir comprá-los ao balcão, e caro. Quem não podia assinar o *Jornal do Commercio*, mandava pedir emprestado, como se faz ainda hoje com os livros, — com esta diferença é que o jornal era restituído — e com essa semelhança: voltava mais ou menos enxovalhado.

[...]

O bonde foi posto em ação, e a *Gazeta* veio no encalço. Tudo mudou. Os meninos, com a *Gazeta* debaixo do braço e o pregão na boca, espalhavam-se por essas ruas, berrando a notícia, o anúncio, a pilhéria, a crítica, a vida, em suma, tudo por dois vinténs escassos. A folha era pequena; a mocidade do texto é que era infinita. A gente grave, que, quando não é excessivamente grave, dá apreço à nota alegre, gostou daquele modo de dizer as coisas sem retesar os colarinhos. A leitura impôs-se, a folha cresceu, barbou-se, fez-se homem, pôs casa: toda a imprensa mudou de jeito e de aspecto.<sup>54</sup>

\_

<sup>&</sup>lt;sup>52</sup> Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 2 de agosto de 1917, p. 1 [autor ilegível].

<sup>&</sup>lt;sup>53</sup> Cf. BARBOSA, Marialva. 2000, op. cit.

<sup>&</sup>lt;sup>54</sup> ASSIS, Joaquim Maria Machado de. A Semana. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro 6 de agosto de 1893, p. 1.

As mudanças, portanto, foram amplas e estruturantes, em projeto inicialmente conduzido por Manoel Carneiro, mas consistentemente implementado, aperfeiçoado e desenvolvido por Ferreira de Araújo. Em outra instância, do ponto de vista da administração do jornal, Elysio Mendes era quem dava o andamento, tornando a *Gazeta de Notícias* um empreendimento verdadeiramente rentável e que se desenvolvia de forma pioneira, inclusive tecnologicamente. Foi Mendes que adquiriu, visitando a Exposição Universal de Paris, em 1878, o último modelo das impressoras rotativas Marinoni, que foram anunciadas como as primeiras do tipo na América do Sul. A inauguração do maquinário foi suntuosa, com direito à presença dos principais homens de imprensa do Rio de Janeiro e de São Paulo, num movimento para promover a imagem de um jornal moderno e modernizado, discurso muito em voga e valorizado nas últimas décadas do século XIX.<sup>55</sup>

A condução da *Gazeta de Notícias* e seu impacto na imprensa da Corte produziu, também, seus dividendos no mundo dos negócios. Iniciada com um capital de 30:000\$000, em 1889 ela estava avaliada em 500:000\$000, para, no ano seguinte, ao ser convertida em sociedade anônima, alcançar o capital de 2.000:000\$000. Elysio Mendes deixou a empresa nesse momento, recebendo a importância de 250:000\$000. Já Ferreira de Araújo recebeu o restante, 1.750:000\$000, reinvestindo o valor no próprio jornal ao adquirir 8.500 das 10 mil ações emitidas pela empresa, tornando-se sócio majoritário com investimento de 1.700:000\$000. <sup>56</sup> O segundo sócio com maior número de ações era o português Henrique Chaves, com 650 delas. Após a morte de Ferreira de Araújo, em 1900, ele se tornaria o novo redator-chefe do diário.

A Gazeta de Notícias, uma sociedade anônima bem-sucedida, reeditava parte do modelo do Correio do Brasil, cerca de duas décadas depois. No entanto, ao contrário do Correio, ela percorreu um caminho mais estável,

<sup>&</sup>lt;sup>55</sup> **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1879, p.1; **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1879, p.1. Ver ainda MACIEL, Laura Antunes, 2001, op. cit.

<sup>&</sup>lt;sup>56</sup> Ata da Assembleia Geral Constitutiva da Sociedade Anônima Gazeta de Notícias. Fundo Junta Comercial do Rio de Janeiro. **Arquivo Nacional do Rio de Janeiro**, 1891, op. cit.

iniciando suas atividades sob um modelo de propriedade muito comum aos jornais de meados do século, as comanditárias de baixo capital. Foi apenas com a expansão das atividades comerciais da Corte e com a imprensa se tornando cada vez mais atrativa aos capitalistas de plantão, já na década de 1890, que ela entraria de corpo e alma no mundo dos negócios, para de lá não mais sair.

## O País: um jornal em meio ao jogo das ações

Fundado em 1884 e de propriedade de João José dos Reis Júnior, mais tarde 2º Visconde de São Salvador de Matosinhos, *O País* teve como seu primeiro redator-chefe Rui Barbosa, que passou pouco tempo no cargo. O número inaugural veio à público em 1º de outubro, e em 15 de novembro mudanças já aconteciam nos escritórios de redação. Nessa data, foi anunciada na coluna editorial, na primeira página, a chegada de Quintino Bocaiúva, declarando que ele se tornava "efetivo colaborador" do jornal mediante convite direto "do fundador e diretor" da folha — portanto, o próprio futuro Visconde.<sup>57</sup> O uso da palavra "efetivo" e a menção à vontade pessoal de João José dos Reis Júnior sugere que a posição oferecida foi a de redator-chefe, por mais que não seja possível precisar com exatidão o momento da saída de Rui Barbosa. No entanto, o que pode ser efetivamente confirmado é que, em fevereiro de 1885, Bocaiúva já era corriqueiramente referido, em publicações ordinárias no próprio diário, como chefe de redação.<sup>58</sup>

Cerca de seis anos depois, Quintino se tornou acionista e diretor do jornal junto a outros dois homens de imprensa que ali também atuavam: Rodolpho de Abreu e Manoel Cotta. A transação foi anunciada em uma pequena nota na coluna editorial, em 1891, declarando que os três assumiam "a responsabilidade de todas as obrigações inerentes a publicação dessa folha, bem como a da sua direção política". Dessa forma,

<sup>&</sup>lt;sup>57</sup> **O País**. Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1884, p.1.

<sup>&</sup>lt;sup>58</sup> **O País**. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1885, p.1.

ficava às vistas a consolidação do jornal como um órgão de imprensa de orientação republicana, por mais que a retórica editorial fosse a da isenção e do compromisso imparcial com o bem público.<sup>59</sup> Além disso, aconteceu uma mudança importante na sua estrutura, O País passaria a um modelo de propriedade e organização baseado em uma sociedade – e como se verá pelo andamento de sua administração nos anos posteriores, a opção feita foi por uma sociedade anônima, não comanditária.60

Não se pode perder de vista que o negócio se concretizou em mar turbulento. Aqueles foram anos conturbados, em que a Monarquia havia acabado por dar com os burros n'água e a República havia sido recentemente proclamada. Quintino Bocaiúva, vale lembrar, atuou intensamente para a efetivação do golpe de 15 de novembro de 1889. Ele se tornou nesse processo chefe do Partido Republicano Brasileiro e foi trazido para dentro do governo provisório, tornando-se ministro.<sup>61</sup> Dali em diante e até o fim de sua vida, ele ocupou diversos cargos na política institucional para além do ministério, como os postos de Senador na Assembleia Constituinte, Presidente do Estado do Rio de Janeiro e Senador da República. Foi em meio a esse contexto, de intensa atuação política, que o enlace definitivo com o jornal se concretizou, quando passou a condição de acionista e presidente da empresa, ocupando, portanto, o posto mais importante dentro da diretoria.

E ele assim se fez, junto a Manoel Cotta e Rodolpho de Abreu, não das mãos de João José dos Reis Júnior, mas sim do Conselheiro Francisco de Paula Mayrink — filho de José Carlos Mayrink. 62 Portanto, pode-se afirmar que o diário trocou de mãos ao menos uma vez antes de sua transformação em sociedade anônima, e nessa última configuração,

<sup>&</sup>lt;sup>59</sup> CURTY, Mellina Fátima Neres de Souza. **Quintino Bocaiúva: da dramaturgia e jornalismo** às práticas políticas (1870-1912). Tese de Doutorado em História, Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2020.

<sup>&</sup>lt;sup>60</sup> **O País**. Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1891, p.1.

<sup>&</sup>lt;sup>61</sup> CARVALHO, José Murilo de. República, Democracia e Federalismo: Brasil, 1870-1891. Varia História, 27, no. 45, 2011, pp.141-157; CURTY, Mellina Fátima Neres de Souza. Quintino Bocaiúva: da dramaturgia e jornalismo às práticas políticas (1870-1912), 2020, op. cit.

<sup>62</sup> **O País**. Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1891, p.1.

nenhum dos acionistas-diretores assumiu cargos nos escritórios da redação. Era o que revelava o conjunto de correspondências enviadas por João Gonçalves de Freitas a Quintino Bocaiúva, sobretudo entre 1892 e 1893. Ali, desenhava-se um quadro em que outros personagens apareciam dirigindo a cozinha da folha, incluindo o próprio Freitas, que por muitas vezes atuou em nome de Bocaiúva sob procuração e ordens. Esse é o elemento mais contundente a indicar que uma sociedade anônima estava estabelecida desde 1891, visto que numa sociedade comanditária apenas os sócios solidários estavam autorizados a praticar ato de gestão, sendo impedida, de acordo com o Código Comercial de 1850, a utilização inclusive de procurações.

Assim, Freitas enviava por carta informações importantes direto do coração do jornal, como os dados dos rendimentos com as assinaturas que *O País* vinha obtendo em 1893, entre 2:000\$000 e 3:000\$000 diários, o que também rendeu elogios à atuação de outro personagem, Jovino Ayres. <sup>63</sup> Freitas ainda prestava contas de remessas de dinheiro, dava encaminhamento a vendas de ações d'*O País*, pedia orientações de como proceder em relação a dívidas com prazos de amortização a vencer, a movimentações bancárias diversas e outras atividades. <sup>64</sup> Tudo sempre enviado em papel oficial do jornal e, em muitos casos, endereçado às cidades de Pindamonhangaba e Valência, onde Quintino tinha propriedades.

Foi possível acompanhar a intensa atuação de João Gonçalves de Freitas, fazendo-se mãos e olhos de Bocaiúva, até 1902, quando uma profunda reestruturação da folha se deu. De todo modo, até essa data, era visível que uma nova governança se estabelecia no jornal, em que o principal homem de imprensa e acionista da folha, com longa atuação em

-

<sup>&</sup>lt;sup>63</sup> Carta de João Gonçalves de Freitas a Quintino Bocaiúva. Rio de Janeiro, 28 de dezembro 1893, fundo Quintino Bocaiúva, **CPDOC/FGV**, Série Imprensa.

<sup>&</sup>lt;sup>64</sup> Carta de João Gonçalves de Freitas a Quintino Bocaiúva. Rio de Janeiro, 2 de agosto de 1892, fundo Quintino Bocaiúva, CPDOC/FGV, Série Imprensa; carta de João Gonçalves de Freitas a Quintino Bocaiúva. Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1892, fundo Quintino Bocaiúva, CPDOC/FGV, Série Imprensa; carta de João Gonçalves de Freitas a Quintino Bocaiúva. Rio de Janeiro, 15 de novembro 1893, fundo Quintino Bocaiúva, CPDOC/FGV, Série Imprensa.

diversos periódicos do Rio de Janeiro, tomava distância do efetivo trabalho nos escritórios da redação. Era situação diferente do caso de Ferreira de Araújo, sempre presencialmente atuante na condução da *Gazeta de Notícias* durante toda sua vida. Também era situação diversa dos Mayrink e Reis, homens de negócio sem afinidade com o ofício de jornalista, e que viram na imprensa, momentaneamente, um espaço que valia a pena empregar seu capital. Bem como desempregá-lo quando conveniente, mas sem envolvimento com o trabalho de jornalista em si.

Em 1894, uma nova versão dos estatutos d'O País foi registrada na Junta Comercial do Rio de Janeiro, por conta de alterações em suas normas, e trazia informações que permitiam ver seu organograma, como uma sociedade anônima.<sup>65</sup> A assembleia, ocorrida no mês de agosto daquele ano, teve ata anexada ao documento com nomes, cargos e funções, posteriormente veiculados no Almanak Laemmert.66 No periódico, a publicação vinha na sessão "Indústrias", apresentando o Senador Quintino Bocaiúva como presidente da sociedade, Coronel Manoel Cotta como vice-presidente, Coronel Rodolpho de Abreu como secretário e Belarmino Carneiro como gerente. Na suplência estavam, pela ordem, Eduardo Salamonde, Jovino Ayres e João Gonçalves de Freitas. Os registros da assembleia complementam a informação, estabelecendo que Salamonde era o redator-chefe, Ayres o secretário e Freitas o caixa, o que explica o caráter da relação desse último com Quintino. Todas as posições tinham remuneração fixa estabelecida nos estatutos: os ocupantes de cargos na redação recebiam 800\$000 mensais e os diretores, além dessa quantia, recebiam pró-labore de 400\$000, totalizando 1:200\$000 mensais. O jornal parecia prosperar de forma satisfatória durante a década de 1890.67

A virada do século, no entanto, reservou novas dinâmicas para a empresa. Rodolpho de Abreu escreveu a Quintino em 1900, sob grande

<sup>&</sup>lt;sup>65</sup> Cópia da ata da assembleia extraordinária da Sociedade Anônima 'O País'. Fundo da Junta Comercial do Rio de Janeiro. **Arquivo Nacional do Rio de Janeiro**, Livro 76, No. 2227, 1894.

<sup>&</sup>lt;sup>66</sup> Almanak Laemmert. Rio de Janeiro, ano LII, 1895, p.1327.

<sup>67</sup> Idem.

preocupação, para falar do andamento do jornal.<sup>68</sup> Pelos dizeres do remetente, ele mesmo já não possuía cargo no diário, ainda que fosse um acionista, e atuava representando Bocaiúva, que mantinha posição na empresa e estava para assumir a Presidência do Estado do Rio de Janeiro. O acionista majoritário de então era o Conde português Sebastião do Pinho, que fez fortuna com o cultivo de fumo na Bahia e diversificou seus investimentos, especialmente durante o Encilhamento.<sup>69</sup> A presença do Conde mostra, mais uma vez, a importância do capital luso nos negócios do Rio de Janeiro, incluindo a imprensa. É preciso notar, também, que a posição alcançada por Sebastião do Pinho era fruto das necessidades dos jornais empresariais de se recapitalizarem constantemente, visto que manter-se com as receitas de anúncios, vendas e assinaturas ainda não era uma realidade no Rio de Janeiro. Diante desse quadro e valendo-se de sua posição, Pinho pode emplacar o chefe de redação, e escolheu Cândido Zeferino, ambos desprezados por Rodolpho de Abreu, que os acusava de tentar acabar com a "folha republicana". Era esse o motivo da carta.

Pôs-se em marcha, assim, um plano para retirar Zeferino da posição, com atuação direta do ex-chefe de redação Eduardo Salamonde e do gerente do diário, o também português João de Souza Lage. Entretanto, Abreu tinha severas desconfianças sobre os posicionamentos do português e alertava, sistematicamente, Quintino Bocaiúva sobre a forma como agia. Em 1901, Rodolpho de Abreu escreveu:

O Lage, parece que tem também *seu plano*; por isto mesmo é que fez, pelo modo que fez, o negócio do Pinho; e já mesmo tem mostrado-se ambicioso, ao ponto de tomar deliberações — como a da defesa dos turcos, contra todos os legítimos interesses da folha, sem nada dizer-me, tendo aliás estado eu n'O País.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>68</sup> Carta de Rodolpho de Abreu a Quintino Bocaiúva. Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1900, Fundo Quintino Bocaiúva, CPDOC/FGV, Série Imprensa; Carta de Rodolpho de Abreu a Quintino Bocaiúva. Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1900, Fundo Quintino Bocaiúva, CPDOC/FGV, Série Imprensa.

<sup>69</sup> Em 1891, o Conde português ocupava a posição de presidente do *Banco Paris e Rio*, como mostra **O Mequetrefe**. Rio de Janeiro, maio de 1891, p.2.

De modo que tivemos de *emendar o erro* como deve ter visto, porque o Sr. Lage — não é só o gerente, mas *diretor, redator e tutti quanti* na folha; não vendo com bons olhos creio eu a fiscalização de quem, (como teve a tolice de dizer-me) "*Tem um corte esplendido de ditador*", *onde nada sou pelos Estatutos*."<sup>70</sup>

O que essa situação n'O País revelava era que, a partir do momento em que os jornais diários se tornaram empresas e se expandiram, século XX adentro, o modelo oitocentista que concentrava nas mãos de seus fundadores o controle sobre as folhas, sobre sua redação e sobre os ditos e não ditos, sofreu sérios abalos. Era necessário manter a empresa em funcionamento, arrolar dívidas, emitir debêntures para garantir investimentos, vender e emitir ações para que o jornal continuasse seu percurso. Foi assim que o Conde do Pinho ganhou espaço. E nos planos para que a folha voltasse à sua normalidade republicana, como reivindicado por Rodolpho de Abreu, João de Souza Lage emplacou sua proposta de reforma estatutária, em 1902, aquela que encerrou vínculo com João Gonçalves de Freitas.

Conseguiu, nesse plano, que o capitalista Pedro d'Almeida Godinho investisse na folha, para saneá-la financeiramente. Desse ponto em diante, João Lage ganhou proeminência no jornal, se tornou um dos diretores do diário e diretor de redação, sempre sob os alertas de Rodolpho de Abreu. Talvez por isso o plano tenha se dado com a garantia de que Quintino poderia comprar metade das ações de Godinho quando desejasse, para assim voltar à posição de comando no diário.

Acompanhando os desafios d'O País para manter-se economicamente viável e expandindo como empresa jornalística, vê se que os temores de Rodolpho de Abreu em relação a João Lage se revelaram pertinentes. Em 1906, a correspondência entre Abreu e Bocaiúva era melancólica. Ambos já não ocupavam cargos no jornal e tentavam receber o que a empresa lhes devia para, enfim, verem-se livres de qualquer relação com ela. Quintino se

História Social, n. 26, 2º semestre - 2023

<sup>&</sup>lt;sup>70</sup> Carta de Rodolpho de Abreu a Quintino Bocaiúva. Rio de Janeiro, 13 de abril de 1901, Fundo Quintino Bocaiúva, CPDOC/FGV, Série Imprensa.

angustiava ao relatar que Lage deixava claro que as ações compradas dos dois eram uma dádiva de sua parte, que não teria feito o negócio se não tivesse recebido promessas de auxílio financeiro do governo Rodrigues Alves, promessa que não se concretizou. Ademais, João Lage declarava não haver qualquer intensão em priorizar o pagamento de Quintino Bocaiúva e Rodolpho de Abreu em relação a outros credores.<sup>71</sup>

O desfecho da situação, agora narrado por Abreu, foi dos piores para o projeto idealizado pelos dois jornalistas, ainda nos idos da década de 1880. Não sendo concretizado o empréstimo do governo federal a *O País*, Lage mexeu as peças do tabuleiro e conseguiu investimento do advogado e banqueiro Franklin Sampaio, "um finório monarquista de marca maior", de acordo com Rodolpho de Abreu. Ele aportou na empresa a quantia de 500:000\$000, consolidando os domínios do jornalista português, que já estavam estruturados desde a parceria com Pedro d'Almeida Godinho.<sup>72</sup>

O movimento orquestrado por Lage deixava claro não só o completo alijamento de Bocaiúva de qualquer atuação no diário, num jogo de capital que o tirou de cena, mas também deixou evidente que o Estado brasileiro permaneceu atuando de forma incisiva e muitas vezes oculta como financiador dos jornais na Primeira República. As folhas diárias, assim, tornaram-se um negócio, o jornalismo também, e os barões da imprensa do século XIX precisaram aprender a jogar um novo jogo para continuar no ramo, isso se não quisessem ter o mesmo fim daquele que já foi chamado de Príncipe da Imprensa e Patriarca da República.

-

<sup>&</sup>lt;sup>71</sup> Carta de Quintino Bocaiúva a Rodolpho de Abreu. Santa Helena, 1°. De dezembro de 1906, Fundo Quintino Bocaiúva, **CPDOC/FGV**, Série Imprensa.

<sup>&</sup>lt;sup>72</sup> Carta de Rodolpho de Abreu a Quintino Bocaiúva. Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1906, Fundo Quintino Bocaiúva, CPDOC/FGV, Série Imprensa.

### Referências

ABRAMITZKY, Ran; FRANK, Zephyr; MAHAJAN, Aprajit. Risk, Incentives, and Contracts: Partnerships in Rio de Janeiro, (1870-1891). *The Journal of Economics History*, 70, no.3, 2010, pp.686-715. Disponível em Risk, Incentives, and Contracts: Partnerships in Rio de Janeiro, 1870–1891 | The Journal of Economic History | Cambridge Core.

BALABAN, Marcelo. *Estilo Moderno:* humor, literatura e publicidade em Bastos Tigre. Campinas: Editora da UNICAMP, 2016.

BARBOSA, Marialva. *Os Donos do Rio:* imprensa, poder e público. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

BIRCH, Edmund. Literature and the Press in France. *Dix-Neuf*, 21, no.4, 2017, pp.223-230. Disponível em Dix-Neuf: Vol 21, No 4 (tandfonline.com).

BROCA, Brito. *A Vida Literária no Brasil* – 1900. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1975.

BOTELHO, Denilson. *A Pátria que Quisera Ter Era Um Mito:* história, literatura e política em Lima Barreto. Curitiba: Prismas, 2017.

CARDOZO DE SOUZA, Ana Paula. *Pedagogy in Literary 'Postcards':* João do Rio in São Paulo (1905-1915), Tese de Doutorado em História, Leiden: Universiteit Leiden, 2023.

CARVALHO, José Murilo de. República, Democracia e Federalismo: Brasil, 1870-1891. *Varia História*, 27, no. 45, 2011, pp.141-157. Disponível em https://www.scielo.br/j/vh/a/WBk5zThk6v5smbvy8cWDswQ/abstract/?lang=pt

CHALABY, Jean K. Journalism as an Anglo-American Invention: A Comparison of the Development of French and Anglo-American Journalism, 1830s-1920s. *European Journal of Communication*. 11, no.3, 1996, pp.303-326. Disponível em Journalism as an Anglo-American Invention: A Comparison of the Development of French and Anglo-American Journalism, 1830s-1920s - Jean K. Chalaby, 1996 (sagepub.com)

CHALHOUB, Sidney. Apresentação. Revista de História Social. Campinas, no.22/23, 2012, pp.9-15. Disponível em Apresentação | Revista História Social (unicamp.br)

CHALHOUB, Sidney.; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs). A História Contada: capítulos de história social da literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CURTY, Mellina Fátima Neres de Souza. *Quintino Bocaiúva: da dramaturgia e jornalismo às práticas políticas (1870-1912).* Tese de Doutorado em História, Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2020.

DIMAS, Antonio. *Bilac, o Jornalista:* ensaios. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

ENGEL, Magali Gouveia, SOUZA, Flávia Fernandes de, GUERELLUS, Natália de Santanna (orgs). Os intelectuais e a imprensa. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.

FARRANT, Tim, Fragmentation, *feuilleton*, form: Balzac, Baudelaire, Zola. *Dix-Neuf*, 21, no.4, 2017 pp.245-247. Disponível em Dix-Neuf: Vol 21, No 4 (tandfonline.com)

FRANK, Zephyr L. Reading Rio de Janeiro: literature and society in nineteenth century. Stanford, California: Stanford University Press, 2016.

GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. Centralização política e desenvolvimento financeiro no Brasil império (1853-66). *Varia História*, Belo Horizonte, 28, no. 48, 2012, pp.805-832. Disponível em SciELO - Brasil - Centralização política e desenvolvimento financeiro no Brasil império (1853-66) Centralização política e desenvolvimento financeiro no Brasil império (1853-66)

GODOI, Rodrigo Camargo de. *Um editor no Império*: Francisco de Paula Brito. São Paulo: EDUSP, 2016.

GODOI, Rodrigo Camargo de. Crimes de Imprensa nos Tribunais Paulistas. Varia História, Belo Horizonte, 37, 2021 pp. 156-84. Disponível em SciELO — Brasil — Crimes de imprensa nos tribunais paulistas (1859-1935) Crimes de imprensa nos tribunais paulistas (1859-1935) HARDT, Hanno, BRENNEN, Bonnie (org). Newsworkers: toward a history of rank and file, Minneapolis: University of Minnesota Press, 1995.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. O Problema da Imprensa. 3ª. Ed. São Paulo: Edusp, Com-Arte, 1997.

LUCA, Tania Regina de. Imprensa no Brasil: nota sobre a passagem para o século XX. Revista BBM. São Paulo, n.3, 2022, pp.117-131. Disponível em Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin (usp.br).

MALERBA, Jurandir. O que narram os historiadores? Para uma genealogia da questão narrativa em história. *Topoi*. Rio de Janeiro, 17, no. 33, 2016, pp. 399-18. Disponível em scielo.br/j/topoi/a/QhqNN6rLGGHd9 qFN9FGmytS/?format=pdf&lang=pt.

MACIEL, Laura Antunes. Cultura e tecnologia: a constituição do serviço telegráfico no Brasil. Revista Brasileira de História. São Paulo, 21, no. 41, 2001, pp. 127-144. Disponível em SciELO — Brasil — Cultura e tecnologia: a constituição do serviço telegráfico no Brasil Cultura e tecnologia: a constituição do serviço telegráfico no Brasil.

MACIEL, Laura Antunes. Esfera Pública e Memória Operária — Rio de Janeiro (1880-1920). Revista de História. São Paulo, 175, 2016, pp.415-448. Disponível em Imprensa, esfera pública e memória operária - Rio de Janeiro (1880-1920) | Revista de História (usp.br).

MACIEL, Laura Antunes. Os limites da liberdade: lei de imprensa e embates políticos no Rio de Janeiro da Primeira República. *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*, Bogotá, 48, no.1, 2021, pp.383-413. Disponível em Os limites da liberdade: lei de imprensa e embates políticos no Rio de Janeiro da Primeira República (scielo.org.co).

MCGUINESS, Max. Modernism and Mass Press from Mallarmé to Proust. Tese de Doutorado em História, Columbia University, 2019.

NERY, Gabriela. "Nós somos os últimos proletários do Brasil!": associativismo, imprensa e trabalho no Rio de Janeiro da virada do século (1880-1910). *Mundos do Trabalho*, Florianópolis, 14, 2022, pp. 1-21.

NEVEU, Erick. Sociologia do Jornalismo. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Negociações Impressas: a imprensa comercial e o lazer dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Primeira República. *História*, São Paulo, 35, no.99, pp.1-21. Disponível em SciELO — Brasil — NEGOCIAÇÕES IMPRESSAS: a imprensa comercial e o lazer dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Primeira República NEGOCIAÇÕES IMPRESSAS: a imprensa comercial e o lazer dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Primeira República.

PINSOLLE, Dominique. A French Daily Backed by American Interests: *Le Matin*, 1884-1890, *Transatlantica*: revue d'études américaines. *American Studies Journal*, 1, 2013, pp. 1-13. Disponível em A French Daily Backed by American Interests: Le Matin, 1884-1890 (openedition.org).

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Escritos de Liberdade:* literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista. Campinas: Editora da Unicamp, 2019.

PINTO, Ana Flávia Magalhães; CHALHOUB, Sidney. *Pensadores Negros* — *Pensadoras Negras: Brasil,* séculos XIX e XX. 2a. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2020.

RAMOS, Ana Flávia Cernic. *As Máscaras de Lélio*: política e humor nas crônicas de Machado de Assis. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

RODRIGUES, Rita de Cássia. *Gazeta de Notícias*: jornal fomentador da cultura e da literatura portuguesa no Rio de Janeiro. Letras Escreve, v. 8, n. 1, 2018, pp. 193-217. Disponível em GAZETA DE NOTÍCIAS: JORNAL FOMENTADOR DA CULTURA E DA LITERATURA PORTUGUESA NO RIO DE JANEIRO | Lamino de Araðjo Rodrigues | Letras Escreve (unifap.br).

SABA, Roberto. As praças comerciais do Império e a aprovação do Código Comercial Brasileiro na Câmara dos Deputados. *Angelus Novus.* São Paulo, 1, 2010, pp. 77-96. Disponível em As praças comerciais do Império e a aprovação do Código Comercial Brasileiro na Câmara dos Deputados | Revista Angelus Novus (usp.br).

SAÉZ, Hernán Henrique Lara. A evasão de ouro dos fundos bancários em meados do século XIX e suas consequências para a política econômica. *Almanack*. Guarulhos, 1, 2011, pp.66-87. Disponível em: A evasão de ouro dos fundos bancários em meados do século XIX e suas consequências para a política econômica | Almanack (unifesp.br).

SANTOS, Arthur Roberto Germano. Entre o nacional e o local: eleições, organização e atuação das elites políticas na província do Maranhão (1842/1875). Tese de Doutorado em História: Seropédica, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2021.

SCHERER, Marta Eymael Garcia. *Bilac* — *sem poesia*: crônicas de um jornalista da Belle Époque. Dissertação de Mestrado em Letras. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

SCHERER, Marta Eymael Garcia. O surgimento do repórter e a prática da censura no jornalismo brasileiro através das crônicas de Olavo Bilac. Revista Brasileira de História da Mídia, 1, no.2, 2012, pp. 153-162. Disponível em: 7. O surgimento do repórter e a prática da censura no jornalismo brasileiro através das crônicas de Olavo Bilac | Scherer | Revista Brasileira de História da Mídia (ufpi.br).

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil.* 4ª. Ed., Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de Letras:* literatura, técnica e modernização no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

VITORINO, Artur José Renda. Política, agricultura e a reconversão do capital do tráfico transatlântico de escravos para as finanças brasileiras na década de 1850. *Economia e Sociedade*. Campinas, 17, n. 3 (34), 2008, pp. 463-491. Disponível em Política, agricultura e a reconversão do capital do tráfico transatlântico de escravos para as finanças brasileiras na década de 1850 | Economia e Sociedade (unicamp.br).

WILLIAMS, Raymond. Meios de comunicação como meios de produção. *Cultura e Materialismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2011, pp. 69-86.

#### **Fontes**

Almanak Laemmert. Rio de Janeiro. Hemeroteca Digital Brasileira - Fundação Biblioteca Nacional.

Ata da Assembleia Geral Constitutiva da Sociedade Anônima Gazeta de Notícias. Fundo da Junta Comercial do Rio de Janeiro. *Arquivo Nacional do Rio de Janeiro*, Livro 49, Requerimento 1200, 1891.

BRASIL, Lei no. 556 de 25 de junho de 1850, "Código Comercial".

BRASIL, *Lei no. 1083 de 22 de agosto de 1860*, "Contendo providencias sobre os Bancos de emissão, meio circulante e diversas Companhias e Sociedades".

BRASIL, *Decreto no. 4723 de 4 de maio de 1871*, "Concede à companhia do — Correio do Brasil — autorização para funcionar, e aprova os respectivos Estatutos.", *Coleção das Leis no Império do Brasil de 1871*, Tomo XXXIV, Parte II, Rio de Janeiro: Tipografia Nacional.

Carneiro, Mendes & C. Fundo da Junta do Comércio do Rio de Janeiro. *Arquivo Nacional do Rio de Janeiro*, Livro 63, requerimento 17.202, 1876.

Carta de Antonio Carlos Ribeiro de Andrade Machado e Silva a Quintino Bocaiúva, São Paulo, 9 de maio de 1864. Fundo Quintino Bocaiúva. *CPDOC/FGV*, Série Imprensa.

Carta de Bernardo Gavião e M. Tamandaré a Quintino Bocaiúva, São Paulo, 4 de junho de 1865, Fundo Quintino Bocaiúva. *CPDOC/FGV*, Série Imprensa.

Carta de João Gonçalves de Freitas a Quintino Bocaiúva. Rio de Janeiro, 2 de agosto de 1892, fundo Quintino Bocaiúva, *CPDOC/FGV*, Série Imprensa.

Carta de João Gonçalves de Freitas a Quintino Bocaiúva. Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1892, fundo Quintino Bocaiúva, *CPDOC/FGV*, Série Imprensa.

Carta de João Gonçalves de Freitas a Quintino Bocaiúva. Rio de Janeiro, 15 de novembro 1893, fundo Quintino Bocaiúva, *CPDOC/FGV*, Série Imprensa.

Carta de João Gonçalves de Freitas a Quintino Bocaiúva. Rio de Janeiro, 28 de dezembro 1893, fundo Quintino Bocaiúva, *CPDOC/FGV*, Série Imprensa.

Carta de Rodolpho de Abreu a Quintino Bocaiúva. Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1900, Fundo Quintino Bocaiúva, *CPDOC/FGV*, Série Imprensa.

Carta de Rodolpho de Abreu a Quintino Bocaiúva. Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1900, Fundo Quintino Bocaiúva, *CPDOC/FGV*, Série Imprensa.

Carta de Rodolpho de Abreu a Quintino Bocaiúva. Rio de Janeiro, 13 de abril de 1901, Fundo Quintino Bocaiúva, *CPDOC/FGV*, Série Imprensa.

Carta de Quintino Bocaiúva a Rodolpho de Abreu. Santa Helena, 1º. De dezembro de 1906, Fundo Quintino Bocaiúva, *CPDOC/FGV*, Série Imprensa.

Carta de Rodolpho de Abreu a Quintino Bocaiúva. Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1906, Fundo Quintino Bocaiúva, *CPDOC/FGV*, Série Imprensa.

Cópia da ata da assembleia extraordinária da Sociedade Anônima 'O País'. Fundo da Junta Comercial do Rio de Janeiro. *Arquivo Nacional do Rio de Janeiro*, Livro 76, No. 2227, 1894.

Correio do Brasil. Rio de Janeiro. Hemeroteca Digital Brasileira - Fundação Biblioteca Nacional.

Diário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Hemeroteca Digital Brasileira —Fundação Biblioteca Nacional.

Estatutos do Retiro Literário Português no Rio de Janeiro, fundado em 30 de junho de 1839, em BRASIL. *Coleção de Leis do Império.* Rio de Janeiro, Parte II, Tomo XXIV, 1861, p. 498.

Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro. Hemeroteca Digital Brasileira — Fun-dação Biblioteca Nacional.

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro. Hemeroteca Digital Brasileira — Fundação Biblioteca Nacional.

Memória histórica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro sobre os acontecimentos mais notáveis ocorridos em 1867. BRASIL. *Ministério do Império*. Relatório do ano de 1867 apresentado a Assembleia Geral na 2ª. Sessão da 13ª. Legislatura (Publicado em 1868).

O Globo. Rio de Janeiro. Hemeroteca Digital Brasileira — Fundação Biblioteca Nacional.

#### Gabriela Nery

O Mequetrefe. Rio de Janeiro. Hemeroteca Digital Brasileira — Fundação Biblioteca Nacional.

O Mosquito. Rio de Janeiro. Hemeroteca Digital Brasileira — Fundação Biblioteca Nacional.

O País. Rio de Janeiro. Hemeroteca Digital Brasileira — Fundação Biblioteca Nacional.

O Reporter. Rio de Janeiro. Hemeroteca Digital Brasileira — Fundação Biblioteca Nacional.

Revista do Instituto Acadêmico. Rio de Janeiro. Hemeroteca Digital Brasileira — Fundação Biblioteca Nacional.

Rio Comercial Journal. Rio de Janeiro. Hemeroteca Digital Brasileira — Fundação Biblioteca Nacional.

Recebido em: 08/10/2023 Aceito em: 04/03/2024